

## IMAGEM E AUTOIMAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA COMUNIDADE INDÍGENA: UM ESTUDO DA ETNIA TUPINAMBÁ EM OLIVENÇA-ILHÉUS-BAHIA.

Sirlândia SANTANA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho propõe estabelecer a relação das matrizes identitárias dos índios da etnia Tupinambá de Olivença/Ilhéus-BA, com a formação da imagem e auto-imagem da deficiência nessa comunidade. O estudo investigativo é de caráter etnográfico, por permitir uma densa descrição e rigoroso registro das experiências com os Tupinambá. Sabe-se, que o processo de reelaboração cultural dos Tupinambá, de suas práticas tradicionais a partir da sua reterritorialização revela, culturas hibridizadas por uma vertente civilizatória impositiva de certas matrizes estéticas. Portanto, origina-se desse contexto como eixo epistemológico, a gênese do processo de transformação da identidade dos povos indígenas ressurgidos e a percepção desse povo sobre a deficiência. Pretende-se, analisar e organizar categorias de representação social dessa comunidade sobre a deficiência a partir da compreensão do *ethos* Tupinambá em sua interação com a deficiência. Assim, por considerar que a interação cotidiana produz sentidos no outro deficiente nas diversas comunidades tradicionais organizadas no entorno dos Tupinambá do Acuípe de Baixo; mas ainda assim, percepções, mitos e ritos são particulares, usaremos como base analítica a antropologia interpretativa de Geertz; a teoria histórico - cultural acerca do desenvolvimento humano de Vygotsky e os estudos realizados por Goffman, sobre o modo como as instituições se relacionam com a deficiência e contribuem para a formação da imagem e autoimagem dessas pessoas. As conclusões da pesquisa pretendem contribuir para o desenvolvimento de práticas sociais que reconheçam a necessidade da implantação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência nas diversas instituições sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Tupinambá. Identidade. Deficiência.

A luta pelo território, melhoria das condições de vida incorporadas a necessidade de compensação das perdas históricas das minorias, surge a partir dos anos 80 com o processo de redemocratização do Estado que terá como aporte o movimento neo-constitucionalista, em meio a um intenso debate das instituições políticas e da sociedade civil, acerca das reformas do Estado brasileiro, tendo como principal pauta questões como: o processo de descentralização, a dívida social e a participação social e política.

As reivindicações da sociedade civil e a mobilização consensual das distintas representações políticas serão traduzidas no extenso texto da Constituição de 1988, em suas disposições acerca do processo de regionalização, descentralização e democratização das políticas sociais, a saber: educação, saúde, previdência, habitação, reterritorialização entre outras. É nesse contexto que o Estado federativo brasileiro, na implantação do processo de

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências Sociais. PUC-SP – Pontifca Universidade Católica de São Paulo. Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Paulo – SP – Brasil. 05015-000 - sirlandiasantana@hotmail.com

descentralização, insere em suas atribuições relativas às ações sociais, a criação de políticas públicas.

Em virtude da amplitude das questões concernentes às políticas públicas, tomaremos como referência a etnia indígena em seus aspectos culturais, no que se refere à garantia da conservação da sua ancestralidade.

Ao longo da colonização do Brasil o povo indígena sofreu genocídios, foi desterritorializado, e como forma de assegurar o projeto de colonização instaurou-se por meio de projetos de catequização no intuito de conformá-los. Nesse processo, por mais resistência que as etnias indígenas tenham empreendido, não impediu que vários povos fossem aculturados e conseqüentemente, desidentificados de seus ritos, crenças, mitos, enfim, das suas características culturais e, em situações mais extremas várias etnias foram dizimadas.

Neste cenário, surge especificamente questão desafiadora, investigar como se dá a representação da deficiência no interior das comunidades indígenas, de forma que o imaginário dos nativos faça sentido na vivência plena da sua ancestralidade. Por outro lado, a percepção do indivíduo com deficiência na etnia Tupinambá pode estar diametralmente contrária à ideia do que é considerado ético e civilizado na sociedade moderna.

O contato com professores da etnia Tupinambá durante o processo de formação profissional dos docentes da rede municipal de Ilhéus-BA aproximou-me dos desafios enfrentados por esta etnia no seu processo de reterritorialização e resgate da sua identidade cultural.

A partir dessa interação, interessa compreender como se dá as relações sociais entre índios ditos normais e índios com deficiência nos rituais, na escola, família e atividades diárias da comunidade. A partir de relato oral, foi constada a existência de 15 índios com deficiência intelectual, surdez e baixa visão e deficiências física na comunidade Tupinambá de Olivença/Ilhéus-BA.

No discurso das professoras de etnia Tupinambá foi possível observar o desconhecimento da gênese da deficiência, as razões eram explicadas pela concepção judaico-cristã do expurgo e por conseqüência, os índios com deficiência sofriam determinadas restrições não só pelas limitações orgânicas, como também pelas limitações sociais impostas pelas exigências da ambiência comunitária dos Tupinambá.

<sup>2</sup>Em visita á Escola Estadual Tupinambá de Olivença em que os índios Tupinambá com deficiência estudam, há uma variação de etnias, afro-brasileiros, descendentes de índios e índios convivendo no mesmo espaço educativo. Tal contexto, certamente altera a priori a percepção que a etnia Tupinambá em suas interações comunitárias tem sobre a deficiência.

De acordo com a diretora da escola, ocorre na comunidade uma discriminação explícita em que os índios com deficiência são impedidos de participar de determinadas atividades por conta da deficiência, são estigmatizados como incapazes e têm restringidas suas interações com a cultura. Como esta fonte oral, embora atue com as crianças índias no ambiente escolar, mas não tem inserção na ambiência das mesmas, percebe-se a necessidade de compreender melhor a complexidade dessas relações. Mesmo porque, a diretora da Escola fala a partir das suas percepções e das interações dentro da escola entre diferentes etnias.

Desse modo, nos interesse aprofundar a análise sobre esta etnia em relação ás interações dos indígenas com deficiência nos diversos papéis sociais estabelecidos pela comunidade; a representação social da deficiência construída culturalmente na ambiência dos índios Tupinambá e conseqüentemente a sua atuação no desenvolvimento, preservação e identidade da etnia, como forma de assegurar a ancestralidade indígena.

Nesse cenário, a presença de pessoas com deficiência na etnia Tupinambá, pode preservar uma lógica da organização comunitária que faz sentido para os seus membros, mas por outro lado, pode revelar um não lugar do sujeito inacabado. Revelar como se constitui antropologicamente a relação do povo Tupinambá com a deficiência e as matrizes que estruturam o imaginário dessa comunidade poderá viabilizar proposições que redefinem as relações entre índio e índio deficiente.

<sup>2</sup>Na comunidade indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo em Olivença/Ilhéus-BA convivem 172 famílias totalizando com aproximadamente 370 pessoas, as quais exercem papéis sociais estabelecidos para homens, mulheres, crianças e idosos. O papel social está impregnado pela cultura e demonstra que a atividade dos sujeitos é socialmente influenciada. A ação dos sujeitos nas comunidades é orientada pelo papel social e este é marcado por características peculiares dos modelos de comportamento presentes em cada grupo. As atividades dos indivíduos é social e culturalmente influenciadas e segue padrões de regularidade.

---

<sup>2</sup> Informações fornecidas pela índia Tupinambá Rosilene Souza de Jesus em 06 de junho de 2011 no aldeamento do Acuípe de Baixo – Olivença / Ilhéus-BA.

Nesta perspectiva, é necessário combinar ação instrumental com identidade cultural, como afirma Touraine (1997), possibilitando que a ação permita a esse sujeito conviver assumindo o mesmo *status* do papel que os outros na tribo.

Assim, pretende-se estudar investigar como é a atuação desse sujeito na comunidade Tupinambá. Quais os papéis assumidos por eles e o valor social destes? Quais interações são estabelecidas nos diversos setores da comunidade? Ao índio com deficiência é permitido assumir papéis relativos ao que a organização interna da etnia estabelece para as outras pessoas na comunidade? Que sentido é atribuído ao índio deficiente pela etnia Tupinambá? Como se constitui a autoimagem do índio Tupinambá com deficiência?

De acordo com Santos (2005), a noção de construção cultural e de apropriação cultural a partir das próprias representações que interferem na realidade, foram estabelecidas principalmente por Michel De Certeau, ao estudar a reutilização e (re) invenção do cotidiano a partir das escolhas dos indivíduos e de suas relações com a cultura material existente em determinados contextos históricos. Surgem assim, conceitos como classe, gênero, comunidade, identidade e de práticas como a (re) invenção das tradições. (Re) invenção esta, fundamental para a compreensão dos índios Tupinambás como sendo um grupo que produz processos e produtos culturais: ritos, mitos e artefatos etc.

A pesquisa na etnia Tupinambá busca compreender como se dá a interação social dos índios com deficiência nas atividades mais peculiares e habituais dessa comunidade, e de que forma esta constitui a noção de identidade e pertencimento desses indivíduos em relação ao seu povo.

Considerando que as práticas sociais em comum, realizadas por meio da cultura “modulam” os indivíduos fazendo com que estes se reconheçam e elaborem a noção de si e do outro, pode-se afirmar que, a identidade ganha centralidade no estudo de grupos culturais marginalizados como os Tupinambás.

Desta feita, a noção de identidade abordada nesse corpus é multifacetada, pois, uma identidade existe sempre em relação a uma outra. Alteridade e identidade são conceitos indissociáveis. O processo de construção da identidade corporeifica-se por meio da diferenciação (CUCHE, 2002). Conclui-se então que a concepção moderna da diferença concebida como externa e estranha ao indivíduo, subjaz a identidade e tem sua gênese nas práticas sociais excludentes. Nesse sentido, o conceito de diferença constitutivo das identidades passa pelo reconhecimento de que a diferença produz a identidade, portanto, esta

não é ontológica, não é condição dada - imanente - algo que sempre foi convencionado pelo discurso etnocêntrico como forma de estabelecer uma falsa noção de regular.

A normalidade como representação simbólica de identidade, define a conformidade das regras de pertencimento. Nesse desenho, naturalmente, diferença é marginalidade, anormalidade, desvio (DELEUZE, 2003).

Nessa cartografia, a deficiência apresenta-se de forma circunscrita, imobilizada, visto que, a afirmação baseada na diferença é produto da vontade de poder, e a atitude de exprimir-se através da oposição primordial ao que *não se é*, tem como efeito limitar o outro. Afirmação e negação, não passam de qualidades da vontade de poder (DELEUZE, 2003).

O corpus teórico do estudo da comunidade Indígena Tupinambá compõe-se por Geertz, Vygotsky e Goffman. Os postulados de Vygotsky (2005) indicam que o homem, como ser histórico-cultural constitui-se na sua interação com o meio que transforma, e é transformado nas relações sociais produzidas numa determinada cultura. Assim, o conceito de deficiência será produzido a partir das concepções da sociedade onde o sujeito está inserido.

Vygotsky (1984, p.33) enfatiza que a “estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social”. Seu desenvolvimento está intimamente ligado ao meio social de forma dinâmica, através de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações. Essas reorganizações são mediadas pelo outro, que restringe, circunscreve e outorga a aceção da realidade, contudo, é interessante compreender como essa dinâmica se manifesta na relação comunidade/índio deficiente.

Dentro desse quadro teórico abordaremos a teoria histórico-cultural, por suas considerações acerca do processo de hominização do indivíduo, que de acordo com esta perspectiva, se dá a partir da interação com o outro e por meio das suas condições de existência e geram significados e definem ações sociais incorporadas de maior ou menor prestígio social.

Os estudos de Goffman (1988) contribuirão para confirmar ou refutar os estigmas da condição de deficiente produzidos pelas instituições e como estas representações constroem as imagens e autoimagens do deficiente e quiçá revelar interações mais integrativas da deficiência na etnia Tupinambá.

O *ethos* Tupinambá poderá revelar ainda, modos distintos de relacionar-se com a deficiência, visto que, a dinâmica das relações nas ambiências comunitárias indígenas é

alicerçada pelo princípio da cooperação, ainda que dentro de uma lógica hierárquica de posicionamentos sociais.

De acordo com Geertz (1989) e Vygotsky (1997), a cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico e ao longo do desenvolvimento da espécie, “modula” o comportamento cultural e social dos indivíduos.

Estes autores enfatizam o reconhecimento da existência de povos e contextos culturais vinculados por tradições sociais e não por identidade genética ou biológica. Desse modo, os estudos orientados pela análise semiótica da cultura e pela natureza cultural do desenvolvimento humano implicam reconhecer que o homem é historicamente constituído no seu contexto social e cultural.

Para Geertz (1989), a cultura não é apenas acumulação de tradições sociais, esta se apresenta entrelaçada a todo o sistema de significações, de modo que a interpretação do mundo em cada indivíduo é construída pela experiência cultural e a ela está submetida.

A cultura pode ser compreendida como sistemas de signos e significados criados pelos grupos sociais, interpretá-la significa compreender símbolos, mitos, ritos etc. Nesse modelo teórico, os elementos simbólicos precisam ser interpretados em seus ícones e símbolos, como algo que produz *significação* a partir de uma relação dialética entre eles e o meio social.

Esse pressuposto permite compreender a estrutura das relações que ocorrem dentro dos grupos, à medida que favorece análises dos aspectos referentes às formas como os diferentes grupos estabelecem interação com os diversos fenômenos sociais.

Se um dos aspectos da cultura, de acordo com Geertz (1989), diz respeito aos significados compartilhados de um conjunto de ideias comuns a um determinado grupo – ideias que são constantemente retrabalhadas e reorientadas de forma criativa, original, explicável, mas não previsível – esta posição corrobora sobremaneira para a superação da noção de cultura e identidade absolutas na análise antropológica da etnia Tupinambá e como esta se relaciona com a deficiência.

A deficiência ocorre em universos culturais e sociais diversos, e inevitavelmente influencia a forma como os deficientes, nesses diferentes contextos estabelecem suas relações sociais, é possível inferir que a relação dos Tupinambás com o evento da deficiência pode revelar práticas e saberes próprios, particulares e originais.

Desta feita, a perspectiva da antropologia interpretativa possibilita reconhecer a existência uma diversidade e complexos elementos distintivos presentes no conjunto da

deficiência e contribui para evitar uma interpretação homogênea dos diferentes modos como estes indivíduos se apropriam da realidade.

Portanto, o deficiente de comunidades isoladas estabelece seus vínculos sociais a partir dos elementos culturais disponíveis; os deficientes pertencentes as comunidades tradicionais, como quilombolas, índios, camponeses, não compartilham necessariamente das mesmas representações dos deficientes de origem urbana e de classes sociais distintas.

Para Bueno (1999, p.54, grifo do autor), analisar a deficiência como fenômeno multifacetado possibilita ampliar e incluir em suas análises os demais elementos constitutivos das identidades sociais dos indivíduos como, **“diferenças de classe, raça e gênero”** etnia, sexualidade, religião etc.

Se para Geertz (1989) a definição de cultura é sempre local, isso implica em reconhecer as diferentes matizes que estruturam a deficiência, desse modo, a deficiência para o povo Tupinambá poderá ter atributos e significados distintos da deficiência no meio urbano, ainda que certas características intrínsecas a cada cultura que transforma o conteúdo emocional em coisas concretas possam ser universais.

O eixo fundamental desta pesquisa é estabelecer uma análise do lugar do indivíduo com deficiência na etnia, identificando a sua posição social através das categorias hierarquizadas no seu lócus e mapear pontos de tensões, que segundo Vygotsky (1984) no processo de hominização poderá provocar uma reorganização dialética, originando novas configurações de poder na dinâmica das relações.

A relevância deste corpus assenta-se, especificamente, em contribuir para a desmitificação do conceito de deficiência, bem como, publicizar a cultura do povo Tupinambá e o seu modo particular de relacionar-se com a deficiência. Além de problematizar a necessidade de adoção de políticas públicas mais efetivas de inclusão das pessoas com deficiência.

Em termos gerais, tem o compromisso ético e político de ampliar o debate teórico no meio acadêmico, acerca dos povos indígenas, apontando para a importância das políticas de reparação para com estas comunidades, como meio de assegurar a preservação da sua ancestralidade e respeito à sua identidade cultural.

## **O contexto da etnia tupinambá**

No Nordeste brasileiro, localizam-se vários povos indígenas, cujas características são próximas, no âmbito cultural e geográfico. Estes povos de identidades específicas, com possibilidades de emergirem historicamente à categoria de índios do Nordeste, inseridos num movimento indígena mais amplo que os orienta a assumir a sua identidade.

Segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no Nordeste há 23 povos indígenas, espalhados em 43 áreas, em 6 estados (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Ceará). A questão indígena, no Brasil, tem sido bastante debatida e por vezes, apresenta tensões que problematizam as formas de reconhecimento das etnias e consequentemente do seu direito à reterritorialização. Órgãos governamentais e não governamentais vêm trabalhando junto às tribos para a retomada da identidade cultural, política e educacional. Na Bahia, mais especificamente, encontram-se os povos organizados de Sul a Nordeste do Estado.

Cerca de 6.000 índios Tupinambá situam-se entre os municípios de Buerarema, Una e costa litorânea da Estância Hidromineral de Olivença/Ilhéus-BA. Estes Tupinambá foram reunidos nos primeiros séculos de colonização europeia, no extinto aldeamento de *Nossa Senhora da Escada*, em Olivença/Ilhéus-BA juntamente com outras etnias da região.

A sua identificação como Tupinambá de Olivença ocorreu no ano de 2000, após análise do processo que reivindicava o seu reconhecimento junta à FUNAI. A partir de então passaram a ser classificados na mais recente e problemática “categoria do indigenismo: índios emergentes. Em rumo oposto – a história fria de Lévi-Strauss – a categoria de índios emergentes tem promovido um pernicioso naturalismo que remete qualquer caso de reivindicação de identidade indígena no Nordeste para o re-tradicionalismo (VIEGAS, 2006).

De acordo com autores como Paiva e Viegas as comunidades indígenas do Nordeste vivenciam o processo denominado *etnogênese*, que significa “viagem de volta” estas comunidades lançam mão da reelaboração cultural para reforçar a identidade étnica, distanciando-se da imagem estigmatizada do caboclo – embora os Tupinambás, hoje, chamem a si próprios, índios ou caboclos, tendo ressignificado positivamente este termo – distanciando-se de suas matrizes culturais por meio do processo civilizatório europeu.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Com o objetivo de reafirmar a necessidade permanente de manter um padrão e consistência científica em todos os trabalhos de pesquisa social, são abordadas aqui diversas questões relacionadas com a identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença [...] a população encontra-se no dilema atual de ter que reconhecer como verdadeiros, dados repassados por especialistas da FUNAI. [...] O objetivo deste informe é apontar preliminarmente as inverdades e afirmações duvidosas do ponto de vista científico, nos relatórios apresentados pelas equipes da FUNAI, publicado no diário oficial de 20/04/2009. [...] Esses aldeamentos foram extintos em meados do século XVIII com a expulsão da Companhia de Jesus. [...] desrespeitando autoridades na história e historiografia do período colonial, o relatório ora em apreço, ignora a revisão de literatura sobre a história da região [...] Não existe literatura indicando a presença dos Tupinambá na região. O nome que inicialmente foi proposto para a etnia em 1997 foi o de Pataxó. [...] existem alguns elementos altamente condenáveis decorrentes



O debate em torno da luta pela reterritorialização dos Tupinambá, pode ser entendida a partir dos fragmentos dos estudos realizados pela antropóloga Célia Gimenez sobre o Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, referente ao Processo 08620.0015<sup>4</sup>23/2008, elaborado pelo Grupo Técnico constituído pela constituído pela portaria nº 102/ /PRES, de 22 de janeiro de 2004, coordenado pela antropóloga Susana Dores Matos Viegas da Faculdade do Descobrimento/Departamento de Ações Culturais.

A polêmica fundamenta-se então, no argumento da imagem indígena, representada pela reprodução de elementos da tradição de seus ancestrais diretos e a mescla da produção de novos elementos resultantes da sua condição de dominação e dos contatos com culturas étnicas diferentes, criando novos contornos culturais.

Entretanto, essa afirmação da sua identidade cultural, tem a resistência da sociedade latifundiária do entorno, fixadas em terras indígenas, que por outro lado, sente-se ameaçada por essa disposição e revigoração do reconhecimento da etnicidade Tupinambá (PAIVA, 2005).

Segundo relato de Rosilene Souza de Jesus – índia Tupinambá – e D. Edite Moreira de Souza, – anciã Tupinambá– nas últimas décadas esta etnia sofreu uma série de acontecimentos violentos que traduzem a perseguição, discriminação e privação de seus direitos desde a colonização portuguesa, presente ainda no imaginário dos brasileiros. Muitos dos seus ancestrais foram enforcados ou mortos de forma brutal, provocando o êxodo das TI.

Nesse período, os Tupinambás iniciaram o resgate de um conjunto de práticas culturais objetivando o reconhecimento oficial da sua etnia e, a retomada das TI. Como consequência, o povo Tupinambá tem sofrido violências simbólicas e físicas, decorrentes da herança do etnocêntrismo português. A aproximação com outras etnias indígenas, como Pataxó e Pataxós Hã Hã Hãe, promoveu historicamente trocas simbólicas, como a incorporação de elementos gráficos, técnicas artesanais, danças e cânticos, que podem ser constatados nas celebrações internas e externas realizadas pela comunidade Tupinambá (PAIVA, 2005).

Segundo este autor as trocas simbólicas viabilizadas pela interação com outros povos, não são esporádica, há famílias Tupinambá que se uniram a outras etnias e por meio dessa

---

da deficiência do enquadramento técnico do relatório em apreço, a saber: o próprio nome da etnia Tupinambá requerido para a identificação do grupo. Existe farta documentação desde os séculos XVI, XVII e XVIII, comprobatória da existência no local pretendido, da etnia Tupiniquim como formadora inicial do aldeamento jesuítico de Olivença.

relação, mantém contatos e apoios mútuos em situação de retomada de suas terras, representação frente aos órgãos governamentais e celebrações festivas.

Desse modo, esse reinventar-se, configura-se como uma troca de saberes em que os aspectos culturais são retrabalhados de forma múltipla e expressa no que Oliveira apud Paiva (2006, p.06) considera:

Para que sejam legítimas componentes de sua cultura atual, não é preciso que tais costumes e crenças sejam, portanto, exclusiva daquela sociedade. Ao contrário, frequentemente tais elementos da cultura são compartilhados com outras populações indígenas e regionais.

A mescla cultural é resultado do que é particular e próprio, e do que é alheio, produz uma síntese a partir dessas interações, incorporando, não somente mitos, ritos, elementos que auxiliam a sua permanência e ancestralidade.

Partir de uma abordagem antropológica das representações sociais acerca do índio Tupinambá deficiente e do lugar social que este ocupa, tem sido elaborada uma descrição e análise das concepções Tupinambá acerca de aspectos, religiosos, ritos, crenças e valores.

Nessa perspectiva, optou-se pela etnografia, como processo metodológico de investigação. O estudo etnográfico permite descrever e registrar a cultura dos índios Tupinambá do Baixo Acuípe, no intuito de compreender padrões de comportamentos que reproduzem representações sociais a partir da interação do índio com deficiência nesta comunidade. Possibilita ainda analisar os papéis assumidos pelos índios com deficiência, relacionando-os com os papéis exercidos por homens e mulheres, crianças, jovens e adultos ditos normais nessa organização comunitária.

As primeiras asserções etnográficas têm revelado uma mescla tão imbricada entre a comunidade indígena Tupinambá e os não índios. Certos aspectos culturais aproximam-se fortemente da cultura hegemônica e de culturas minoritárias como a afro-brasileira. Á exemplo disso, a conversão religiosa ao protestantismo ou mesmo a preservação do catolicismo jesuítico, principalmente das pessoas com deficiência, mais especificamente os surdos. As interações no interior do aldeamento, da pessoa com deficiência, revelam o sentido do cotidiano no qual estes agem e explicam suas ações corroborando para significar o imaginário sobre a deficiência.

A abordagem etnográfica contribui ainda para validar o significado das ações de forma que esta seja o mais representativa possível do sentido que os próprios Tupinambá pesquisados dariam à situação interpretada.

Um ponto de tensão existente entre os Tupinambá e pesquisadores das IES do entrono, reside na discordância das conclusões apresentadas por estes em estudos realizados sobre os Tupinambá. De acordo com os Tupinambá da aldeia de Itapuã e da aldeia do Baixo Acuípe em Olivença/Ilhéus, lócus desta pesquisa, as considerações têm como ponto de partida as interpretações não índias. Estas são recorrentemente ignoradas nestas produções científicas, sua descrição não acusa a etno-história do povo Tupinambá e as representações que estes têm de si como grupo cultural.

**IMAGE AND SELF IMAGE OF THE PEOPLE WITH DEFICIENCY IN THE  
INDIGENEOUS COMMUNITY: A STUDY OF THE ETHNICITY IN  
OLIVENÇA/ILHÉUS-BAHIA.**

---

**ABSTRACT:** *This work, proposes to establish the identity matrix of relations of the Tupinambás Indians from Olivença/ Ilhéus- BA, with the formation of the image and self image of the deficiency in this community. The investigative study is ethnographic , for permits a deep description and rigorous register of the experiences with the Tupinambás. The Tupinambás' cultural redefinition process of their tradicional practices from their repossessions, shows cultures hybridized by a civilizing aspect that imposes certain aesthetic matrices . So, it originates in this context as the axis epistemological, the genesis of the process of transformation of the reappeared indigenous peoples' identity and the view of this people about the deficiency. Intents to analyze and to organize, categories of social representation of this community about the deficiency from the comprehension of the "ethos" Tupinambá in their interaction with the deficiency . Thus, for considerer that the everyday interaction produces senses in other deficient in the different tradicional communities organized around the "Tupinambá do Acuípe de Baixo"; yet, perceptions, myths and rites are private , we use as analytical basis the interpretative anthropology of Geertz; the cultural historic theory about of the human development of Vygotsky, and the studies realized by Goffman, about how the institutions interact with the deficiency and contribute to the formation of the image and self image of this people. The conclusions of this research intents to help for the development of social practices that recognize the necessity of implementation of inclusion projects of the people with deficiency in different social institutions.*

**KEYWORDS:** *Tupinambá culture. Identity. Deficiency.*

---

## REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. Diversidade, deficiência e educação. **Revista espaço**, Rio de Janeiro, n.12, p.3-12, 1999.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DELEUZE, G. **A Lógica do sentido**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3.ed. São Paulo: Zahar, 1988.

PAIVA, A. dos S. Corpus gráfico Tupinambá: identidade iconográfica ameríndia, 2007. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 1., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Ed. da UFBA, 2005. v.1. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

SANTOS, A. P. Trajetórias da história social e da nova história cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 9., 2005, Ponta Grossa. **Anais...** Paraná: UTFPR, 2005.

TOURAINÉ, A. **Podremos vivir juntos? iguales y diferentes**. Madri: PPC, 1997.

VIEGAS, S. M. Nojo, prazer e persistência: beber fermento entre os Tupinambá de Olivença-Bahia. **Revista de História**, Lisboa, n.154, p.151-188, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de defectologia. In: \_\_\_\_\_. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1997. t.5.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMARAL, L. **Pensar a diferença/ deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO DA BAHIA [ANAÍ];  
COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS [CESE]. **Cartilha**. 2.ed. Salvador: [s.n.], 1992.

BRANDÃO, Z. **Pesquisa em educação**: conversas com pós-graduandos. São Paulo: Loyola, 2002.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001.

MINAYO, M. C.S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica**: investigação social e enquete operária. 5.ed. São Paulo: Polis, 1987.